

ATA “DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SNPA – Estudo de tipologia
de produtores agropecuários”

Elaborada por Adriana Helena Gama dos Santos

Logo depois da apresentação do Estudo de Tipologia de Produtores Agropecuários, pelo Sr. Wagner Lopes Soares (IBGE/COAGRO), iniciou-se o período de comentários e perguntas.

O Sr. Mauro Del Grossi (MDA) parabenizou o Sr. Wagner pelo trabalho realizado e disse que o IBGE tem uma referência, que é a lei votada e aprovada no Congresso Nacional, sendo muito difícil não utilizar o parâmetro “área”. Continuou, colocando que esta lei usa o critério de área quer gostemos ou não, concluindo que é muito difícil não utilizar a área em uma classificação dada pelo IBGE. A seguir, o Sr. Mauro convidou os participantes a testar a classificação oficial do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a qual o Governo usa para fins de desenvolvimento das categorias deste Programa, sendo que também já está disponível no Censo Agropecuário. O representante do MDA, então, acrescentou acreditar que valeria a pena uma reflexão sobre as categorias destes grupos, que dialogam com as políticas oficiais. O Sr. Alfredo Barreto (EMBRAPA), aproveitando o ensejo, comentou que existe uma enorme diferença de como é que foram formadas as estruturas agrárias dos países assinalados no estudo do Sr. Wagner, em relação ao Brasil. Apontou que a concentração de terras no Brasil é enorme e destacou que, por exemplo, uma extensa propriedade rural sem renda no Brasil não quer dizer que ela é agricultura familiar de subsistência, pois pode ser mera especulação, consistindo num latifúndio improdutivo. Então, o Sr. Alfredo disse que, além do que o Sr. Mauro falou, há algumas considerações a respeito de área no Brasil que não podem ser deixadas de lado. Arrematou, por fim, dizendo que se poderia agregar outra variável, mas a área deveria ser considerada.

Em seguida, o Sr. Valdilson (IBGE/CONAC) manifestou-se, dizendo que gostou do trabalho e assinalando que nas Contas Nacionais também foi feita a opção de não utilização da variável área, e sim critérios mais econômicos. Justificou, explicando que achavam que a área deveria estar associada com outras variáveis de uso de tecnologia. Quando se fez esta

leitura na base do Censo Agropecuário, pegando um grande estabelecimento nos módulos que a lei determina, os módulos rurais, e associou-se isto por exemplo ao uso de eletricidade, ao uso de maquinário, ao uso de tecnologia, insumos, dentre outras variáveis, em detrimento de outros pequenos estabelecimentos, então se teve estabelecimentos pequenos de alta tecnologia e estabelecimentos grandes sem nenhuma tecnologia. Assim, ainda no ponto de partida, e tendo contato com metodologia da FAO, optou-se em não utilizar a área nos estudos. Segundo o Sr. Valdilson, outro ponto relevante no trabalho em tela, diz respeito à renda do estabelecimento advinda de aposentadoria. O interesse maior de Contas, à época, era a questão da função de produção gerada no estabelecimento, excluindo rendas que não fossem do próprio estabelecimento, razão pela qual não se encaixou a questão da renda gerada fora estabelecimento, pois não fariam parte desta função. Por último, assinalou a questão do PRONAF, pois quando da oportunidade do Censo Agropecuário 1995/96 coincidia também com esta política, mas não se tinha nenhuma comparabilidade a este respeito, o que foi corrigido com o Censo mais recente, permitindo tal comparação. Por isto, a área não foi incluída no algoritmo.

Então, o Sr. Pedro Nascimento Silva (IBGE/ENCE) afirmou a relevância de se fazer estudos como este previamente, mas que se deveria ter em mente duas questões importantes. Primeiramente, em algumas situações de pesquisa a seleção de tipos deve preceder a seleção de uma amostra, e, portanto, a informação teria que estar no ambiente cadastral para todos, o que é comum nas pesquisas tradicionais da indústria, comércio e serviços do IBGE. Esta situação não é livre de dificuldades cadastrais, pois uma tipologia que tenha que estar disponível em cadastros prévios é uma tipologia cara de se construir, porque é preciso se ter o universo que vai usar. O Sr. Pedro continuou, dizendo que lhe parecia que uma segunda vertente de tipologia que seria mais plausível para a pesquisa agropecuária, seria feita a partir de informações coletadas na amostra de cada ocasião, o que fazemos no IBGE nas pesquisas domiciliares. Colocou também que o segredo desta alternativa é assegurar que todas as perguntas relevantes estejam contempladas no questionário, mantendo a qualidade da informação. Além disso, se você for criativo na forma de armar as perguntas não ficará refém de se ter uma única tipologia. O problema desta alternativa é que não se tem como garantir *a priori* o tamanho da amostra que seja satisfatório. Mas, é razoável que não se queira definir tipologia a partir de amostras

pequenas. Então, o Sr. Wagner assinalou que o critério utilizado no estudo foi apenas um exercício. Acrescentou que ainda haverão muitos debates e que as sugestões do público serão importantes para que se defina a melhor forma de trabalhar a questão. Explicou também que adotou-se um critério parcimonioso de variáveis, no contexto de que a área só foi significativa até 1 ha e acima de 100 ha, bem como outras variáveis foram mais significativas (como rendimento, por exemplo). O Sr. Flávio Bolliger (Coordenador da COAGRO) complementou, esclarecendo que a preocupação foi “o que contemplar no questionário”. Salientou que se ter muitas classificações também é ruim, e que um dos princípios das estatísticas internacionais é ter comparabilidade, embora isto não seja seguido por todos os países. Segundo ele, a FAO determina que se deve separar agricultura familiar da comercial, mas estes conceitos ainda não estão totalmente fechados, e não estão previstos no que diz a lei nacional.

Na sequência, o Sr. Alberto di Sabbato (UFF) parabenizou a realização do fórum e o trabalho, e salientou que a tipologia FAO/Inra foi condicionada aos dados do Censo Agropecuário 1995/96, que não tinha as perguntas relevantes para gerar tal tipologia. Ressaltou que o importante é pensar nestas questões, como foi exercitado no estudo. E foi por conta da realização de trabalhos como esse, que muitas novas variáveis foram incluídas em 2006. A partir destas informações, novos estudos vão ser feitos, como a utilização de informações de patrimônio. Disse ainda que quer participar desses debates, mesmo porque há ainda discussões do ponto de vista teórico a serem desenvolvidas.

Ao final, o Sr. Luiz Fernando de Oliveira (MPOG) comentou que políticas públicas devem ser mutáveis ao longo do tempo, mas a classificação tem que ser única, limitando, a este princípio, as perguntas feitas a campo. Assinalou que as políticas tem que ser revisadas. Já a tipologia e as pesquisas de campo têm que ser mais amplas que a lei, permitindo que novas leis sejam feitas.